

A viagem de Sarney a Paris, um festival de passaportes diplomáticos.

Na comitiva que acompanhou o presidente Sarney a Paris em julho para festejar o bicentenário da Revolução Francesa havia 60 portadores de passaporte diplomático, um documento especial que dá privilégios como dispensa de fiscalização de alfândegas e que só pode ser usado por autoridades de altíssimo escalão. Entre os 60 portadores do documento, entretanto, estavam garçons, seguranças, jornalistas, amigos do presidente e até a dama de companhia de Marly Sarney, Cantídia Cardoso Soares.

Os números e os tipos de passaportes usados pela comitiva foram divulgados pela Casa Militar — responsável pela organização das viagens presidenciais — em resposta à ação popular movida pelo deputado Álvaro Valle (PL-RJ) em julho. Valle processou todos os dados que recebeu em um microcomputador e montou um dossiê de 72 páginas sobre a viagem a Paris.

”Ainda faltá esclarecer muita coisa”, contou o deputado. Entre elas a expedição destes passaportes. Pelo Decreto nº 8.454, de 11 de março de 1980, os passaportes diplomáticos só podem ser emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores e pelas embaixadas brasileiras. Valle vai querer saber como pessoas sem os requisitos legais puderam obter o documento: “Precisamos saber, também, porque foi o Ministério das Relações Exteriores que pagou muitas das despesas desta viagem, que eram de responsabilidade do Palácio do Planalto”.

Ele avaliou que os dados da Casa Militar estão “incompletos e contraditórios”. O número de pessoas da comitiva, por exemplo, não é real. “Foram 109 passageiros. Entre os que ficaram mais tempo em Paris e que embarcaram somente na volta, teríamos 127. O governo, entretanto, declara que voltaram 115 passageiros.”